



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## RELATÓRIO DE ALERTA - RPPS

<b>Processo TC</b>	2571/989/23
<b>Poder</b>	EXECUTIVO
<b>Município</b>	Botucatu
<b>Entidade</b>	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BOTUCATU
<b>Período</b>	02/2023
<b>Auditor</b>	Dr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	UR-02 UNIDADE REGIONAL DE BAURU
<b>Responsável</b>	Walner Clayton Rodrigues
<b>Cargo</b>	DIRIGENTE
<b>CPF</b>	291.866.708-08
<b>Período de Gestão</b>	01/01/2022 a 31/12/2025

Em atendimento ao disposto nas Instruções vigentes e na Ordem de Serviço atualmente em vigor, temos a informar que este documento exibe as análises relativas especificamente aos RPPS, conforme seguem.

RPPS

## 1 - Assunto de Fiscalização: Avaliação das Receitas Previstas e Arrecadadas do RPPS

### 1.1 - Contribuição Patronal

Receita Prevista	R\$ 3.149.639,64
Receita Arrecadada	R\$ 1.479.598,41
<b>Variação</b>	<b>53,02%</b>
Percentual limite	10,00%

Alerte-se o RPPS pela obrigação na cobrança dos valores e a Prefeitura pela responsabilização na gestão dos recursos municipais, que no acumulado até o mês em análise foi apurada diferença entre o valor previsto e o recebido pelo RPPS relativos à Contribuição Patronal (incluída a contribuição suplementar quando houver), podendo revelar o descumprimento ao disposto no art. 7º, II, da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022 e prejuízo ao disposto no art. 247, I, da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022.

## 1.2 - Aporte para Equacionamento do Déficit Atuarial

Receita Prevista	R\$ 2.504.711,54
Receita Arrecadada	R\$ 0,00
<b>Varição</b>	<b>100,00%</b>
Percentual limite	10,00%

Alerte-se o RPPS pela obrigação na cobrança dos valores e a Prefeitura pela responsabilização na gestão dos recursos municipais, que no acumulado até o mês em análise foi apurada diferença entre o valor previsto e o recebido pelo RPPS relativos a Aportes para equacionamento do déficit atuarial, demonstrando tendência ao descumprimento ao equilíbrio atuarial estabelecido no art. 1º da Lei Federal nº 9717, de 27 de novembro de 1998, no art. 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, bem como o disposto no art. 7º, II, da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022

**Data da Geração:** 08/06/2023  
**Hora da Geração:** 03:21:05